

Ressignificação da disciplina de Libras em uma universidade federal de Mato Grosso do Sul: retrato do antes e depois o decreto 5.626/05 /
Resignificación de la asignatura Libras en una universidad federal de Mato Grosso do Sul: un antes y un después del Decreto 5.626/05

*Jakellinny Gonçalves de Souza Rizzo **

Doutoranda em Educação Especial, Educação de Surdos e Ensino de Libras; Formação de professores e sexualidade pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, MS, Brasil.

 <https://orcid.org/0000-0002-1721-5572>

*Josiane Peres Gonçalves ***

Pós-Doutora em Educação pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Professora da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS).

 <https://orcid.org/0000-0002-7005-849X>

Recebido em 12 jun. 2023. **Aprovado** em: 03 out. 2023.

Como citar este artigo:

RIZZO, Jakellinny Gonçalves de Souza; GONÇALVES, Josiane Peres. Resignificação da disciplina de Libras em uma universidade federal de Mato Grosso do Sul: retrato do antes e depois o decreto 5.626/05. *Revista Letras Raras*. Campina Grande, v. 12, n. 3, p. 109-124, dez. 2023. Doi: <https://doi.org/10.5281/zenodo.10436643>

RESUMO

O presente estudo tem como objetivo analisar a história da disciplina de Libras no curso de Pedagogia da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) Câmpus do Pantanal – CPAN, no período anterior e posterior ao Decreto nº 5.626/2005 que a regulariza como disciplina curricular obrigatória nos cursos de formação de professores para o exercício do magistério. A seleção da referida instituição se fez pelo fato de que a mesma oferta o curso de Pedagogia

*

 jake.librasufgd@gmail.com

**

 josiane.peres@ufms.br

desde antes o decreto 5.626/05, até os dias atuais. Para tanto, foram analisados os Projetos Pedagógicos de Curso (PPC) do curso de Pedagogia em um recorte temporal de 2000 a 2020, a fim de analisar como a disciplina vem sendo implantada no curso. Os resultados evidenciaram que no período anterior a publicação do decreto não havia disciplina de Libras, somente após a obrigatoriedade que o curso passou a oferecer a disciplina, apesar disso, a carga horária passou a ser diminuída a partir da atualização e vigor de cada PPC. Consideramos que a disciplina de Libras aparece no currículo com pouca visibilidade, assim apontamos para a necessidade de reformulação a organização da disciplina dentro do curso, a fim de formar professores capazes de atender as especificidades dos estudantes surdos na educação básica.

PALAVRAS-CHAVE: Disciplina de Libras; Decreto 5.626/05; Pedagogia.

RESUMEN

El presente estudio tiene como objetivo analizar la historia de la asignatura Libras en el curso de Pedagogía de la Universidad Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) Câmpus Pantanal – CPAN, en el periodo anterior y posterior al Decreto nº 5.626/2005 que la regulariza como currículo. materia obligatoria en los cursos de formación de profesores para ejercer la docencia La selección de esa institución se hizo debido a que las mismas ofrecen el curso de Pedagogía desde antes del decreto 5.626/05, hasta la actualidad. Para ello, se analizaron los Proyectos Pedagógicos de Curso (PPC) de la carrera de Pedagogía en un marco temporal de 2000 a 2020, con el fin de analizar cómo se ha implementado la disciplina en la carrera. Los resultados arrojaron que en el periodo previo a la publicación del decreto no existía disciplina en Libras, solo a partir de la obligatoriedad del curso se comenzó a ofrecer la disciplina, a pesar de ello, la carga de trabajo comenzó a disminuir a partir de la actualización y vigor de cada uno. PPC. Consideramos que la disciplina Libras aparece en el currículo con poca visibilidad, por lo que apuntamos la necesidad de reformular la organización de la disciplina dentro del curso, con el fin de formar profesores capaces de atender las especificidades de los alumnos sordos en la educación básica.

PALABRAS CLAVE: Disciplina de Libras; Decreto 5626/05; Pedagogía.

1 Introdução

A educação dos surdos no Brasil vem sendo amplamente discutida, ao longo das últimas décadas. Diante disso, preliminarmente essa investigação se justifica, pois ainda são escassos os estudos específicos referentes a disciplina de Libras no ensino superior, antes e depois do decreto 5.626/05, qual torna obrigatória a oferta dessa disciplina (BRASIL, 2005).

Atualmente, as dimensões dos estudos *in loco* no Ensino Superior são objetos de análise de investigadores em diferentes conjunturas, no âmbito tecnológico (CASTRO-GUZMÁN, 2021), da gestão (CARVALHO JUNIOR; SILVA, 2014), didático (GOMES et al., 2017), ensino de Libras para aprendizes ouvintes (AGUIAR, 2019), etc.

No que diz respeito às medidas regulamentadoras ao longo da história, a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, reconheceu a Libras como meio de comunicação e expressão da comunidade surda (BRASIL, 2002) e o Decreto 5.626/2005 assegurou o direito dos estudantes surdos à Educação por meio dessa língua (BRASIL, 2005).

Nessa conjuntura, é necessário pensarmos sobre a preservação da História da Educação, mediante arquivos, documentos e fontes (FURTADO; BEZERRA; MOREIRA, 2019), pois é desta forma que a pesquisa se propõe a analisar os documentos do curso de Pedagogia de uma Universidade pública federal de Mato Grosso do Sul, tais como: PPC de Pedagogia e Ementários.

O PPC é um documento normativo dos cursos de graduação que apresenta informações referente a concepção e da estrutura do curso, bem como os seus elementos reguladores internos. Apresentam aspectos técnicos normativos, sendo um componente político fundamental e elemento agregador de diversas instâncias da realidade, desde a dimensão cotidiana dos cursos até diretrizes das políticas macroeconômicas. O PPC propõe o perfil do profissional que busca formar, no contexto da sociedade para qual se orienta essa formação (SEIXAS *et al*, 2013).

Destarte, o PPC refere-se a um documento oficial da educação, elaborado nas instituições por um grupo de professores que estão inseridos em cada curso de graduação. Em tal documento, se evidenciam a concepção do curso, as propostas de ações educativas, os princípios educacionais de todas as ações a serem conduzidas no processo de ensino-aprendizagem no decorrer do curso, bem como os fundamentos da gestão administrativa, acadêmica e pedagógica. Vale lembrar que no recenseamento da população brasileira, promovido em 2010 pelo IBGE, não foi incluída uma pergunta específica sobre as diferentes línguas utilizadas nas residências (IBGE, 2020). Somente no caso dos indígenas foi aberta a possibilidade de se contemplar a diversidade linguística presente nos lares. No caso dos indivíduos surdos, assim como no caso de outras minorias linguísticas do país, não houve espaço para questionamentos a respeito da (s) língua (s) que utilizavam, o que aponta para a necessidade de mais estudos relacionados à história da disciplina de Libras em cursos de formação de professores, para que os discentes não tenham contato apenas com a língua de sinais, enquanto sistema linguístico, mas sim com discussões mais abrangentes, contextualizando-a historicamente, socialmente e culturalmente.

Nora (2017) pesquisou sobre o percurso histórico das políticas linguísticas voltadas para surdos sinalizantes no Brasil com o intuito de discutir o impacto da implementação de novas políticas linguístico-educacionais no contexto brasileiro da surdez. Contudo, não foram encontradas pesquisas na literatura acadêmica que se propuseram a analisar a história da Libras no período anterior e posterior ao Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, que a regulariza como disciplina curricular obrigatória nos cursos de formação de professores para o exercício do magistério.

O espaço e tempo da delimitação do recorte temporal compreende toda a documentação produzida pela universidade acerca da disciplina de Libras entre 2000 e 2020. Esse recorte se justifica, pois, puderam ser analisados os documentos com relação à organização da disciplina de Libras no período anterior a regulamentação da obrigatoriedade do Decreto 5.626/2005, possibilitando também a realização de uma análise da disciplina num período posterior a implementação do decreto até os dias atuais. Desta forma, foi possível verificar alguns padrões de mudança ao longo do tempo, ou seja, alterações curriculares até sua constituição na atual estrutura.

Nesse caminho, percebe-se a necessidade de analisar a constituição da Libras enquanto disciplina ao longo da história. O debate nessa perspectiva é importante, e também pode ser utilizado como uma ferramenta ou estratégia para o processo de ensino-aprendizagem no tocante a história da própria disciplina, afinal, segundo Febvre (1989, p.31) “se não há problemas, não há história”.

Tais pressupostos conduzem o problema da pesquisa: Quais foram as alterações curriculares na história da disciplina de Libras no curso de Pedagogia da UFMS/CPAN entre 2000 e 2020 (período que compreende a publicação do Decreto nº 5.626/2005)? Nesse sentido, o presente estudo teve como objetivo analisar a história da disciplina de Libras no curso de Pedagogia da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) Câmpus Pantanal – CPAN, no período anterior e posterior ao Decreto nº 5.626/2005 que a regulariza como disciplina curricular obrigatória nos cursos de formação de professores para o exercício do magistério.

2 Fundamentação teórica

A história nos mostra que as leis que oferecem suporte aos direitos dos surdos são muito recentes. Durante muitos anos, a comunidade surda esteve marginalizada da sociedade, sem qualquer participação educacional, linguística, cultural e social. Segundo Lacerda (2017), o ensino formalizado para surdos, escolas regulares, no nosso país teve seu início em 1857 através do Instituto Nacional de Educação de Surdos – INES, e durante muitos anos a educação dos surdos esteve ligada excepcionalmente ao INES, acolhendo, assim, surdos do Brasil inteiro, como um internato.

Historicamente, os movimentos sociais surdos se mobilizaram e engajaram-se nas lutas em busca de políticas linguísticas para o reconhecimento da língua de sinais como primeira língua dos surdos e uma educação bilíngue. De acordo com Quadros (1997), o bilinguismo é uma proposta de ensino usada por escolas que se propõem a tornar acessível à criança duas línguas no contexto escolar.

As políticas linguísticas representam um tipo de intervenção social em uma determinada comunidade. Uma política linguística vai determinar decisões quanto ao uso das línguas em um determinado país ou comunidade linguística (COOPER, 1989)

No Brasil, somente após anos de reivindicações e lutas dos movimentos sociais surdos, como marco de política linguística oficial para os surdos, foi publicada em 2002 a Lei 10.436/02, que reconhece a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS como meio legal de comunicação e expressão em todo território nacional (BRASIL, 2002)

A referida lei foi regulamentada em 2005 pelo Decreto Federal 5.626/05, que dispõe da inclusão da Libras como componente curricular nos cursos de formação de professores e nos cursos de fonoaudiologia; do uso e da difusão da língua para o acesso à educação; garantia do direito à educação e saúde das pessoas surdas ou com deficiência auditiva; obrigatoriedade do Tradutor e Intérprete de Língua Brasileira de Sinais e Língua Portuguesa – TILSP (BRASIL, 2005)

A oficialização da Libras veio quebrar a hegemonia da Língua Portuguesa, pois até então predominava no Brasil o monolingüismo, herança do período colonial, período no qual houve a repressão de todas as demais línguas, entre elas as indígenas e as africanas que foram praticamente exterminadas. Destarte, deve-se considerar que no caso da Libras, não apenas a visão colonizadora e lusófona constitui seu apagamento, mas também a concepção biomédica do oralismo contribuiu para a negação da língua de sinais e apagamento do direito linguístico dos surdos de uso dessa modalidade de comunicação.

Em vista disso, o presente estudo busca analisar como essa disciplina vem sendo organizada e ministrada é fundamental, nomeadamente, investigações que se dediquem a questionar se está sendo desenvolvida de forma eficiente e satisfatória para preparação dos futuros professores e profissionais da educação para o exercício do magistério antes e após o decreto de obrigatoriedade, a fim de rever a sua função, formas de organização e aprofundar os estudos em torno da sua história.

Apesar do Decreto 5.626/2005 regulamentar a obrigatoriedade da Libras nos cursos de formação de professores para o exercício do magistério, em nível médio e superior, acredita-se por vezes que a organização e funcionamento desta disciplina não são suficientes para garantir a qualidade do trabalho pedagógico do futuro professor. Deste modo, este estudo contribui com reflexões sobre a importância da disciplina de Libras no curso de Pedagogia UFMS/CPAN, na formação de professores na perspectiva da inclusão dos alunos surdos.

3 Metodologia

Já que nada pode ser intelectualmente um problema, se não tiver sido, em primeiro lugar, um problema da vida prática (MINAYO, 2002), esta pesquisa adotará uma abordagem de cunho qualitativo, pois como afirmam Rodrigues e Limena (2006), é a mais indicada para investigar problemas que somente os procedimentos estatísticos não podem alcançar ou representar, em virtude de sua complexidade.

O objeto de estudo da investigação é a disciplina de Libras no currículo da formação inicial de Professores, o campo empírico da pesquisa constituiu-se a partir do curso de Pedagogia da UFMS/CPAN.

A UFMS está presente em Corumbá desde 1967, quando foi fundado o Instituto Superior de Pedagogia. Logo, passou a ser denominado Centro Pedagógico de Corumbá ao constituir extensão da então Universidade Estadual do antigo Mato Grosso. Após a federalização, recebeu o nome de Centro Universitário de Corumbá (CEUC), como extensão da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Desde 2006 recebeu a denominação de Campus do Pantanal (CPAN/UFMS). O curso de pedagogia foi o primeiro curso criado no então Instituto Superior de Pedagogia no ano de 1967 (UFMS, 2008).

A coleta de dados ocorreu em duas etapas: na primeira etapa realizou-se o primeiro contato, por correio eletrônico e telefonemas junto ao coordenador do referido curso para entrada no campo de pesquisa e para recolher os documentos institucionais para análise. Em um segundo momento, foram analisados os PPCs, para então evidenciar como o curso estruturou a disciplina de Libras antes e após o decreto 5.626/05.

Na perspectiva de recolher informações relevantes sobre o contexto da universidade pesquisada, os documentos considerados serão os registros de atividade institucional capazes de produção de dados (FLICK, 2009).

Objetivando identificar na estrutura curricular do curso quais os aspectos históricos e sociais utilizados para constituição da Libras no curso de pedagogia no período de 2000 a 2020, foram selecionados os PPCs vigentes no recorte temporal proposto.

4 Análise e discussão dos resultados

O propósito de reunir e analisar os PPCs do curso de Pedagogia da UFMS/CAPN em um recorte temporal de 2000 a 2020 deriva da possibilidade de realizar um panorama do modo de como a disciplina de Libras vem sendo estruturada anterior e posteriormente a publicação do decreto 5.626/05, que tornou a Libras componente curricular obrigatório nos cursos de pedagogia e demais licenciaturas. Na posse dos PPCs, realizou-se a leitura dos mesmos. Posteriormente, no Quadro 1 (Processo histórico da disciplina de Libras) optou-se por organizar as informações relevantes como, ano da implementação, nome da disciplina, carga horária, período e ementa.

Quadro 1: Processo histórico da disciplina de Libras

IMPLEMENTAÇÃO	NOME DA DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA	PERÍODO	EMENTA
1994	Não tinha disciplina	-	-	-
2008	Estudo de LIBRAS	80 horas Obrigatória	2º ano do curso	Introdução à Libras. Desenvolvimento cognitivo e linguístico e aquisição da primeira e segunda língua. Aspectos discursivos e seus impactos na interpretação.
2010	Estudo de LIBRAS	68 horas Obrigatória	4º semestre	Introdução à Libras. Desenvolvimento cognitivo e linguístico e aquisição da primeira e segunda língua. Aspectos discursivos e

				seus impactos na interpretação
2015	Libras	51 horas Obrigatória	7º semestre	Aspectos clínicos, educacionais e socioantropológicos da surdez. Bilinguismo e surdez. Aquisição de primeira e segunda língua: teorias e métodos. O papel do professor e do intérprete de língua de sinais na escola inclusiva. Introdução ao estudo da Língua Brasileira de Sinais: noções básicas de fonologia, de morfologia e de sintaxe. Estudo do léxico da Libras
2019	Estudo de Libras	51 horas Obrigatória	3º semestre	Fundamentos epistemológicos, históricos, políticos e culturais da Língua Brasileira de Sinais (Libras). A pessoa surda e suas singularidades linguísticas. Desenvolvimento cognitivo e linguístico e a aquisição da primeira e segunda língua. Aspectos discursivos e seus impactos na interpretação. O papel do professor e do intérprete de língua de sinais na escola inclusiva. Relações pedagógicas da prática docente em espaços escolares.

			Introdução ao estudo da Língua Brasileira de Sinais: noções básicas de fonologia, de morfologia e de sintaxe.
2019	Libras: Noções Básicas I	34 horas Optativa	Noções básicas: Surdez, língua e linguagem; Introdução básica da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS como segunda língua (L2); Introdução de conceitos, teorias, gramática básica, internalização de vocabulário básico geral e específico da área educacional.
2019	Libras: Noções Básicas II	34 horas Optativa	Sujeito surdo: Identidade e suas particularidades culturais e linguísticas; Aquisição e internalização de vocabulários para comunicação funcional básica e geral; Uso do espaço, visualidade, expressão facial e corporal.

Fonte: Elaborado pelas autoras (2021).

No ano de 2000, o PPC vigente era o publicado em 1994, momento esse que ainda não havia a obrigatoriedade da inserção da disciplina de Libras. Vale destacar que nesse período a universidade não ofertava a referida disciplina.

Três anos após a publicação do decreto 5.626/05, em 2008, o curso passa a ofertar a disciplina obrigatória de Libras, intitulada Estudos de Libras, com uma carga horária de 80 horas, oferecida do segundo ano do curso.

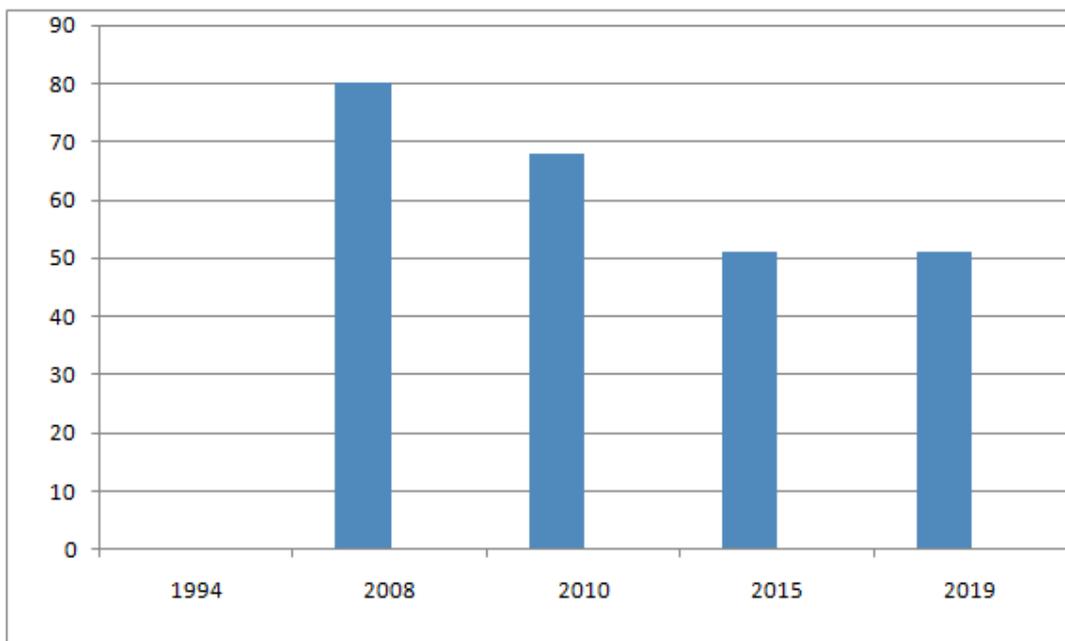
Em 2010, o curso passa a ser semestral, então a disciplina é ofertada no 4º semestre. Permanece obrigatória, com a mesma nomenclatura e, tem a carga horária reduzida para 68 horas, contudo, a ementa continua a mesma.

Cinco anos após, em 2015, com o novo PPC publicado, a disciplina obrigatória passa por uma alteração em sua denominação, vindo a ser designada Libras, sofre mais uma redução em sua carga horária, de 68 horas para apenas 51 horas, e vem a ser oferecida no 7º semestre.

Em 2019, o PPC é reformulado, a disciplina continua a ser obrigatória, volta com o título Estudos de Libras, porém permanece apenas com 51 horas em sua carga horária, e ministrada no 3º semestre. Nesse mesmo documento a grade curricular insere duas disciplinas optativas de 34 horas cada, Libras: Noções Básicas I e Libras: Noções Básicas II.

Para melhor visualização, esses dados do processo histórico referente a carga horária da disciplina de Libras no curso de Pedagogia UFMS/CAPN são apresentados no Gráfico 1 (Panorama da disciplina de Libras).

Gráfico 1: Panorama da disciplina de Libras



Fonte: Elaborado pelas autoras (2021).

Pode-se notar que antes da obrigatoriedade da disciplina prevista no decreto 5.626/05 o curso não dispunha de nenhuma temática que abordasse aspectos referentes a Libras. Somente após o decreto, verifica-se a presença de disciplinas que se propõe a refletir acerca dessa temática. Todavia, a carga horária é reduzida na reformulação de cada PPC. E, ao verificar a ementa proposta em cada disciplina, pode-se notar que, embora a carga horária seja diminuída

em todo PPC vigente, a proposta do ementário é cada vez maior, ou seja, se reduz a carga horária e se propõe a ampliar o conteúdo previsto para ser abordado no decorrer do semestre.

Estudos que se propõem a refletir sobre a disciplina de Libras no curso de Pedagogia vêm sendo desenvolvidos. Como o de Facundo e Vitaliano (2020), que em suas pesquisas, buscaram avaliar como ocorre o processo de implementação da disciplina de Libras na grade curricular do curso de Pedagogia da Universidade Estadual de Londrina (UEL).

Para tanto, utilizaram-se de entrevista semiestruturada com a docente da disciplina, e aplicaram questionários para 90 acadêmicos de Pedagogia que estavam matriculados na disciplina mencionada. Os resultados demonstraram que dentre as adversidades em relação ao ensino da Libras está a carga horária, com 60 horas, os alunos relataram dificuldade de aprendizagem, devido ao curto tempo da disciplina levando em conta a complexidade dos conteúdos (FACUNDO; VITALIANO, 2020)

A educação está cada vez mais abrangente e diversificada, o que exige do professor uma prática pedagógica que contemple e respeite as diferenças. Logo, um dos desafios que emerge a proposta da escola inclusiva é a formação inicial do professor e, nesse cenário, deve-se pensar em uma formação que possibilite formar profissionais capacitados para efetivar a inclusão dos alunos surdos nas salas de aula do ensino regular.

Uma pesquisa realizada por Reach et. al (2018) aborda discussões sobre como a disciplina de Libras vem sendo ofertada nas licenciaturas, especialmente na Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). Ao analisar a disciplina, constataram que a mesma é composta por programa e bibliografia desatualizados, carga horária insuficiente e ementa comum a todas as licenciaturas com alguns pontos repetidos e a ausência de pontos que possibilitassem direcionamentos do ensino da Libras de acordo com cada área do saber.

Essa análise apontou que a temática está na periferia dos currículos, com carga horária insignificante para dialogar com tantos conteúdos. Isso nos mostra que ainda que esteja presente nos currículos para atender as leis, não implica necessariamente na execução total das orientações nelas previstas, resultando na efetivação parcial.

As disposições previstas no decreto trouxeram progressos significativos na área da educação de surdos, todavia, os estudos de Rech, et. al (2018) apontam que muitas universidades implementam a disciplina de Libras nos cursos de licenciatura sem conhecimento de todas as

implicações linguísticas, culturais e educacionais que envolvem a formação de professores que atuarão frente à Educação de Surdos.

As autoras ainda ressaltam que no decreto 5.626/05, assim como em nenhum outro documento legal relacionado, não há menção ou orientação sobre como a disciplina de Libras deve ser ofertada nas Instituições de Ensino Superior (IES), isto é, qual perfil o componente precisa ter, no que tange seu formato, enfoque, organização de carga horária, conteúdos a serem ministrados e/ou metodologia que deverá ser utilizada.

Pereira (2020) observou que a disciplina de Libras dos cursos de Pedagogia das 5 IES situadas na cidade de Recife é insuficiente para a formação do pedagogo, devido a carga horária de apenas 36 horas, o que faz a educação de surdos sofrer impactos negativos.

Nesse viés, Souza e Chagas (2018) também realizaram estudos com o objetivo de analisar como a disciplina de Libras tem sido inserida nas licenciaturas, nas áreas de ciências e de matemática dos Institutos Federais do Centro-Oeste. Os resultados apontaram disciplinas com apenas 27 horas de carga horária, o que é exíguo para adquirir competências significativas na Libras.

Como pode-se observar na análise do PPC do curso investigado nessa pesquisa, a carga horária se inicia com 80 horas e vem sendo reduzida a cada nova matriz curricular, e chega a 51 horas, o que representa apenas 1,50% da carga horária total do curso, que é de 3405 horas.

Constatou-se ainda que, concomitantemente a redução da carga horária, expandiu o conteúdo planejado na ementa, o que mostra uma discrepância do que é proposto na ementa com a carga horária, pois o tempo destinado para a disciplina é curto. O que nos mostra a insuficiência da carga horária para uma formação inclusiva, de modo que os futuros docentes sejam capazes de atender as necessidades do processo de ensino e aprendizagem dos estudantes surdos.

Diante deste contexto, emerge a necessidade de analisar o perfil do professor responsável por ministrar a disciplina, já que as IES enfrentam vários desafios, entre eles está a escassez de professores com formação específica na área da Libras. Vale destacar que o artigo 4º do decreto 5.626/05 estabelece que o docente que exercerá essa função seja graduado em licenciatura plena em Letras: Libras ou em Letras: Libras/Língua Portuguesa como segunda língua. (BRASIL, 2005).

Na página *on-line* da IES, pode-se verificar que o docente responsável por ministrar a disciplina de Libras é efetivo no quadro de servidores, possui graduação em Letras Libras/UFSC,

pós-graduação *lato sensu* em Educação Especial Inclusiva/UNIASSELVI e mestrado em linguística/UFSC.

Nota-se que a Libras é um componente amplamente presente no currículo do docente. Evidencia-se a importância de uma formação adequada para lecionar disciplinas específicas de Libras, uma vez que o docente é mediador do conhecimento, e a formação desses professores deve garantir que os futuros docentes tenham uma formação inicial em que possam compreender conteúdos de história, filosofias educacionais, aspectos culturais e sociais da comunidade surda.

A disciplina de Libras pode contribuir significativamente para uma formação nessa perspectiva, como Calixto (2018) evidencia nos resultados de seu estudo, que teve como objetivo analisar as percepções dos graduandos em pedagogia e geografia antes e após cursarem a disciplina de Libras. Concluiu-se que antes da disciplina a percepção dos acadêmicos estava fortemente sustentada a uma visão clínica terapêutica da surdez, compreendia na pessoa surda como deficiente e anormal, a Libras era vista como uma linguagem e após a disciplina passaram a ter uma visão socioantropológica, em que o surdo é visto como diferente, e a Libras é uma língua legítima da comunidade surda brasileira.

Portanto, é necessária uma formação adequada, capaz de prepará-los enquanto professores críticos para atuar com metodologias e práticas educativas que reconheçam a diversidade linguística existente no contexto educacional brasileiro. Como afirmam Lodi e Lacerda (2009), a língua de sinais é sabidamente língua de constituição de sujeitos surdos e, quando é assumida nos espaços educacionais, favorece um melhor desempenho dos alunos surdos, por isso há a importância do ensino da Libras no ensino superior, para que os futuros professores conheçam as particularidades e especificidades da comunidade surda.

A partir dessa realidade, os professores de Libras no ensino superior têm um grande desafio que é formar professores que atendam no sistema educacional na perspectiva da inclusão dos alunos surdos. Conforme Skliar (2005), é preciso investir em uma formação de professores que respeite à Cultura Surda, a fim de favorecer uma educação que leve o sujeito surdo ao êxito em seu processo de escolarização. É importante refletir sobre a necessidade da formação dos professores considerar o conhecimento das dimensões ensináveis da Libras, uma vez que o objetivo dessa disciplina é munir os futuros professores de repertório linguístico para comunicação inicial com seus alunos.

Assim, na disciplina de Libras no ensino superior, deve-se abordar aspectos teóricos referentes à Libras, no que diz respeito a educação de surdos, fatos históricos e culturais, política públicas educacionais e linguísticas sobre a surdez, o processo de ensino e a aprendizagem da pessoa surda, dentre outros. Desse modo, será possível fortalecer a formação do futuro profissional que atuará com ensino da Libras.

5 Considerações finais

No presente estudo foi possível averiguar a história da disciplina de Libras no curso de Pedagogia da UFMS/CPAN, antes e após a publicação do decreto 5.626/05, no que se refere aos seus caminhos, sua organização, funcionamento e seu lugar dentro do curso.

Com o panorama realizado nessa pesquisa, notou-se que antes do decreto 5.626/05 o curso não ofertava a disciplina de Libras, apenas após a publicação do decreto passou a ser ministrada para atender a obrigatoriedade de incluir a disciplina de Libras nos cursos de formação de professores. Ressaltamos, todavia, que apenas inserir a disciplina de Libras como obrigatória não é suficiente para viabilizar avanços na formação de professores na perspectiva da inclusão de alunos surdos.

Para tanto, é preciso que a formação inicial do futuro docente aborde a cultura da comunidade surda, para que compreendam e fortaleçam a identidade da pessoa com surdez, a fim de atender as especificidades desses sujeitos e promover a inclusão dos alunos surdos no contexto escolar. Assim como, a comunicação em Libras e o desempenho comunicativo

Esperamos que os resultados desse estudo possam contribuir para aprofundar aspectos pertinentes a implantação e organização da disciplina de Libras nos currículos dos cursos de formação de professores, em especial nos cursos de Pedagogia. Nesse sentido, destaca-se a necessidade de futuras pesquisas relacionadas à inserção da disciplina de Libras nos cursos de formação inicial, por conseguinte, em cursos de formação continuada com enfoque na capacitação docente, numa tentativa de suprir uma possível formação enferma no tocante a precariedade do ensino de Libras.

CRedit
Reconhecimentos: Não é aplicável.
Financiamento: Não é aplicável.
Conflitos de interesse: Os autores certificam que não têm interesse comercial ou associativo que represente um conflito de interesses em relação ao manuscrito.
Aprovação ética: Não é aplicável.
Contribuições dos autores: Conceitualização, Curadoria de dados, Análise formal, Aquisição de financiamento, Investigação, Metodologia, Administração do projeto, Recursos, Software, Supervisão, Validação, Visualização, Escrita - rascunho original, Escrita - revisão e edição. RIZZO, Jakellinny Gonçalves de Souza. Conceitualização, Curadoria de dados, Análise formal, Aquisição de financiamento, Investigação, Metodologia, Administração do projeto, Recursos, Software, Validação, Visualização, Escrita - rascunho original, Escrita - revisão e edição. ; GONÇALVES, Josiane Peres.

Referências

AGUIAR, Girlaine Felisberto de Caldas. *Ensino de libras para aprendizes ouvintes: a injunção e o espaço como dimensões ensináveis do gênero instrução de percurso*. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós - Graduação em Linguagem e Ensino da Universidade Federal de Campina Grande. 2019.

BRASIL. *Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002*. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. Diário Oficial da União [Internet]; Brasília; 2002. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110436.htm. Acesso em 03 fev. 2020

BRASIL. *Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005*. Regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Diário Oficial da União [Internet]; Brasília; 2005. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2005/decreto-5626-22-dezembro-2005-539842-publicacaooriginal-39399-pe.html>. Acesso em: 15 fev. 2021.

CALIXTO, Hector Renan da Silveira. O ensino de libras na formação de professores: formas de perceber o surdo e a língua de sinais. *Revista Interinstitucional Artes de Educar*. Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, p. 101-116, 2018.

CARVALHO JUNIOR, Euclides Alves de; SILVA, Elizabete Rodrigues da. Ensino superior da ESG e o convênio UFBA/PREMEN: permanência e reforma da LDB / BRASIL (1968/1996). *Textura*, v. 7, n. 13, p. 21–32, 2014.

CASTRO-GUZMÁN, W. Retos del desarrollo profesional para la integración de las tecnologías en la educación superior. *Cuadernos de Investigación Educativa*, v. 12, n. 2, p. 82–99, 2021.

COOPER, Robert. *Language planning and social change*. Cambridge: Cambridge University Press. 1989.

FACUNDO, Josiane Junia. VITALIANO, Célia Regina. Libras no curso de pedagogia: análise de fatores que interferem no processo de ensino-aprendizagem. *Espaço pedagógico*, Passo Fundo, v. 27, n. 3, p. 858-875, set./dez. 2020.

FEBVRE, Lucien. *Profissões de fé à partida*. In: FEBVRE, Lucien. *Combates pela história*. Lisboa: Editorial Presença, Lda. 1989.

FLICK, Uwe. *Uma introdução à pesquisa qualitativa*. Porto Alegre: Artimed, 2009.

FURTADO, Alessandra Cristina; BEZERRA, Giovani Ferreira; MOREIRA, Kênia Hilda. Pesquisas em História da Educação: problematizando o uso de arquivos, documentos e fontes. *Patrimônio e Memória (UNESP)*, v. 15, n. 2, p. 530-556, 2019.

GOMES, Aline Fonseca; TEIXEIRA, Antonio Samuel Souza; SANTOS, Jacileny Bastos; JESUS, Jefferson Lima de. A didática do ensino superior: um estudo sobre o perfil do professor do curso de graduação em administração de instituições de ensino superior em Feira de Santana. *Textura*, v. 10, n. 18, p. 96–104, 2017.

IBGE, *Fundação Instituto Brasileiro De Geografia E Estatística*. Censo Demográfico 2010. Disponível em: <http://www.censo2010.ibge.gov.br>. Acesso em: 04 fev. 2020.

LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de. Um pouco da história das diferentes abordagens na educação de surdos. *Cadernos Cedes*, v. 19, n. 46, set. 1998. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-32621998000300007. Acesso em: 12 jul. 2020.

LODI, Ana Claudia Balieiro; LACERDA, Cristina Broglia Feitosa. A inclusão escolar bilíngue de alunos surdos no ensino infantil e fundamental: princípios, breve histórico e perspectivas. In: _____. *Uma escola duas línguas: letramento em língua portuguesa e língua de sinais nas etapas iniciais de escolarização*. Porto Alegre: Editora Mediação, 2009.

MINAYO, Maria Celília de Souza. Ciência, técnica e arte: o desafio da Pesquisa Social. In: MINAYO, Maria Celília de Souza. (Org.) *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. Petrópolis: Vozes, 2002.

NORA, Andreza. Um histórico das políticas linguísticas para surdos sinalizantes: da lei de Libras ao movimento em prol da escola bilíngue. *RevInterletras*. v. 25, n. 6, 2017.

PEREIRA, Kylzia Andréa Azevedo. *A Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) no curso de pedagogia: qual o impacto que a inserção dessa disciplina pode gerar na educação de surdos*. Dissertação de mestrado em Ciências da Linguagem. Universidade Católica de Pernambuco. Recife, 2020.

QUADROS, Ronice Müller de. *Educação de surdos: a aquisição da linguagem*. Porto Alegre: Artes Médicas. 1997.

RODRIGUES, Maria Lucia; LIMENA, Rodrigues e Limena. *Metodologias multidimensionais em ciências humanas*. Brasília, DF: Liber Livro, 2006.

SEIXAS, Pablo Sousa; COELHO-LIMA, Felipe; SILVA, Suzany Gadelha; YAMAMOTO; Oswaldo Hajime. Projeto Pedagógico de Curso e formação do psicólogo: uma proposta de análise. *Revista Semestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional*, SP, v. 17, n. 1, p. 113-122, jan./jun. 2013.

SKLIAR, Carlos. *A Surdez*. 3. Ed. Porto Alegre: Mediação, 2005.